

“Um governo dedicado ao homem comum e seus valores”: a cultura como objeto da política na gestão Bolsonaro

“A government devoted to the common man and his values”: culture as an object of politics in the Bolsonaro administration

Gabriel da Silva Vidal Cid

Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil

João Luiz Pereira Domingues

Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil

Leandro de Paula

Universidade Federal da Bahia, Ondina, Salvador, Bahia, Brasil

RESUMO

Inspirado pelos estudos em antropologia das políticas públicas, o artigo discute sentidos impressos pelo governo de Jair Bolsonaro à gestão do setor produtivo da cultura. O objetivo é demonstrar a formulação de um sujeito ideal a quem seria destinado o conteúdo da política pública, e lançar luz sobre conflitos que essa operação instala em relação a categorias e circuitos interacionais que pautaram historicamente a governamentalidade da área. Investigamos essa problemática tendo como referência dois atores-chave da Secretaria Especial de Cultura do governo federal, nativos de uma cena que se propõe a disputar os termos do debate público sobre as políticas para o setor. Com base na análise da formação de *contrapúblicos*, discutimos a atitude litigante que marca a produção da cultura como objeto da política no quadro do governo Bolsonaro.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Governo Bolsonaro, Populismo Digital, Contrapúblicos.

Recebido em 19 de outubro de 2021.
Avaliador A: 29 de novembro de 2021.
Avaliador B: 30 de novembro de 2021.
Aceito em 25 de fevereiro de 2022.



ABSTRACT

Inspired by the research on anthropology of public policies, this article deals with the meanings assigned by Jair Bolsonaro administration towards the management of the productive field of culture. We seek to show how the current public policy becomes designed to an ideal subject, setting up several conflicts regarding the categories and interactional chains that have historically guided the governmentality of the area. We investigate this issue by analyzing two key agents from the Federal Government's Special Secretariat for Culture, taken as natives from an environment that disputes the terms of the public debate on cultural policies. Based on the analysis of the formation of *counterpublics*, we discuss the combative attitude by which the Bolsonaro administration creates culture as an object of politics.

Keywords: Public Policies, Bolsonaro Administration, Digital Populism, Counterpublics.

INTRODUÇÃO

Em 1978, Michel Foucault se dedicou à genealogia da noção de *governo* analisando uma literatura surgida no século XVI para criticar as ideias do tratado “O Príncipe”. Em resposta ao modelo prescrito por Nicolau Maquiavel, no qual o poder soberano correspondia à dominação militar de um território, os escritos analisados por Foucault operavam investimentos semânticos alternativos, como ilustra um fragmento de 1555: “governo é a correta disposição das coisas, das quais alguém se encarrega para conduzi-las a um fim adequado” (FOUCAULT, 2008, p. 127). Em vez, portanto, de significar o controle de um território pelo uso da força, a ideia de governo ascendia como o encaminhamento dos dados de uma situação rumo a um objetivo conveniente.

A genealogia proposta por Foucault reconstituiu conceitualmente o que seria o fundamento do Estado moderno, sua *governamentalidade*. Essa grade analítica dava a ver a rede de tecnologias de poder que passaram a intervir no plano da própria vida da população – seus índices de natalidade, fluxos migratórios, potenciais produtivos etc. –, em nome de metas historicamente determinadas. Para o autor, essa racionalidade de governo teria feito do Estado o protagonista da “condução das condutas” na modernidade, e dado forma a relações entre governantes e governados pautadas pela impermanência daqueles “fins adequados”.

Nosso artigo inicia com o resgate de tais ideias a fim de lembrar a importância do tra-

balho de Foucault para a consolidação, nas últimas décadas, do campo de estudos conhecido como *antropologia das políticas públicas* (SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO, 2008). O interesse da área está em analisar como são construídos campos legítimos para a intervenção estatal, a partir de certa forma de enunciação de problemas, da classificação dos atores neles envolvidos e do desenho das competências necessárias para sua solução. Como destacam Shore e Wright (1997), aspecto decisivo para esses estudos é a suposta neutralidade dos discursos governamentais, que se valem de saberes especializados e da oficialidade de seus postos de vocalização para atribuírem aos problemas que endereçam uma *natureza pública*. Nesse sentido, o Estado se revela *locus* para o exame de definições da realidade que reivindicam para si papel normativo, gesto que, ao olhar antropológico, implica o potencial ineludível do conflito.

Nosso texto analisa impasses que rondam a “correta disposição das coisas” encampada hoje, no Brasil, por propostas oficiais de regulação e fomento do setor produtivo da cultura. Buscamos discutir a governamentalidade da área no período mais recente, incluindo-se aí sua própria definição como objeto de atenção estatal. Observando as “margens” do Estado (DAS; POOLE, 2008), queremos assinalar como as políticas públicas de cultura – ou *políticas culturais* – conformam uma arena de disputa entre distintas concepções de sociedade, valores morais e juízos estéticos, que se conflagram em torno do estabelecimento do que venha a assumir *status* de “cultura” (WRIGHT, 1998).

O artigo dá sequência a uma agenda de pesquisa que vem procurando mapear o impacto do cenário político da última década no que compete à legitimidade da ação do Estado sobre a esfera da cultura (DOMINGUES; PAULA; SILVA, 2018; DOMINGUES; PAULA, 2019, 2021; CID; DOMINGUES; PAULA, 2022). Neste texto, interessa-nos desvendar como agentes em posição de mando na Secretaria Especial de Cultura (Secult)¹ do governo federal integram um circuito interacional e cognitivo responsável por conferir justificção à ação política. Nosso objetivo é dar relevo à incomensurabilidade que parece formar a cena das políticas culturais hoje ao reunir, de um lado, atores institucionais inspirados por um espírito de “correção” da relação entre Estado e cultura; de outro, agentes produtivos que denunciam como ilegítima a “condução das condutas” aventada pelo governo. Esse curto-circuito anima certo mercado de

1 A Secretaria Especial de Cultura (Secult) é o órgão responsável pela formulação de políticas e programas do governo federal para a área da cultura. Substituta do Ministério da Cultura, a Secult foi criada pela Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que reestruturou os órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Inicialmente alocada no Ministério da Cidadania, a Secretaria encontra-se desde novembro de 2019 vinculada ao Ministério do Turismo. Em seus primeiros dois anos de funcionamento estiveram à frente: Henrique Pires (janeiro a agosto de 2019), Ricardo Braga (setembro a novembro de 2019), Roberto Alvim (novembro de 2019 a janeiro de 2020), Regina Duarte (março a maio de 2020), e Mario Frias (desde junho de 2020).

identificações políticas, sendo investigado neste texto com base em três tipos principais de fontes – discursos oficiais, entrevistas e conteúdos de redes sociais –, que nos permitem abordar o problema da repaginação da comunicação política nos últimos anos.

Separados por um hiato ideológico, esses dois campos que disputam versões sobre as políticas públicas de cultura têm suas racionalidades próprias e aspiram ao lugar da universalidade. Considerados os limites do texto, enfocamos aqui o flanco mais recente da produção discursiva sobre o tema, convocando pontualmente traços de seu “outro constitutivo”. Buscamos contribuir para a relativização de posições normativas, descrevendo parcialidades, contradições e conflitos que integram a tarefa de dar à ideia de “cultura” uma feição pública.

O texto está estruturado em duas seções principais, seguidas da conclusão. No primeiro bloco, apresentamos o panorama histórico, teórico e heurístico que nos leva a assumir como objeto de estudo determinado recorte das políticas públicas. Na segunda seção, debatemos os achados da pesquisa de campo, descrevendo os antagonismos que inspiram a governamentalidade da cultura na gestão Bolsonaro. Na conclusão, apontamos significados da discussão realizada para a agenda de pesquisa.

QUADRO HISTÓRICO E CONSTITUIÇÃO DO OBJETO

Nos últimos anos, uma literatura se acumula no país dedicada a refletir sobre modos de governança e mobilização civil que têm reorganizado práticas e discursos do campo das direitas (CESARINO, 2019, 2020, 2021; FERNANDES; MASSEMBERG, 2018; FERRAZ; FUKUSIMA, 2021; PINHEIRO-MACHADO; FREIXO, 2019;). Em etnografia sobre *think tanks* de perfil ultraliberal que se fortaleceram desde os anos 2000, por exemplo, Rocha (2018) aborda um circuito de interações baseado na internet que veio a desaguar em protestos de rua e movimentos civis organizados. Tais grupos, então empenhados em afetos de recusa das políticas do Partido dos Trabalhadores (PT) no governo federal, são lidos por Rocha como *contrapúblicos*, noção de Warner (2002) que define a identidade de atores sociais em conflito com um ambiente cultural percebido como dominante. A ideia alude à configuração situacional de grupos moldados pela *disputa da cena pública*, através de atos disruptivos/perfomáticos que denunciam parâmetros tácitos e falsos universais que sustentariam discursos dominantes. Impulsionados pela comunicação via redes sociais, contrapúblicos tornaram-se parte indissociável do modelo de ativismo das chamadas “novas direitas”.

Com as inevitáveis dificuldades de pensar sobre um fenômeno ainda “a quente”, propomos identificar neste artigo como, nos últimos anos, a governamentalidade do setor da cultura tem sido atravessada pelo paradoxo de uma *contrapublicidade dominante*. Com essa chave analítica, Rocha e Medeiros (2021, p. 14) sugerem que, por um lado, o governo Bolsonaro guarda em si as condições para construção de hegemonia e dominação discursiva que naturalmente competem ao aparelho do Executivo Federal; mas, por outro, tal ciclo político também é marcado pelo “constante choque com outras arenas discursivas, dentro e fora do Estado, com o objetivo de manter seus apoiadores constantemente mobilizados”².

Miramos especificamente os conflitos instalados pelo mandato de Bolsonaro na gestão do setor da cultura, sondando qual seria seu “outro”, ou seja, o “discurso dominante” sobre as políticas para a área que teria ensejado a reação contrapública atual. Para responder à questão, lembramos que o período de liderança do PT no Executivo Federal (2003-2016) deixou uma marca sobre esse campo da ação estatal lida como exitosa pela comunidade de pesquisadores do tema e por atores implicados enquanto destinatários dessas políticas. O altíssimo incremento de estudos sobre políticas culturais realizados naquele período³ sinaliza como um campo acadêmico se sedimentou em um contexto diacrítico, animado pelos marcos institucionais então implementados⁴ e pelo espírito do tempo que os acompanhou⁵. À época, a presença de um artista consagrado como Gilberto Gil no posto de ministro da Cultura conferiu ao circuito da política cultural federal aspectos de legitimidade irreproduzível, com vários enunciados de seu discurso de posse, por exemplo, tendo se tornado chaves epistêmicas para pesquisadores e agentes culturais⁶.

Tais aproximações sugeriam que a experiência então em curso seria a mais bem acabada alternativa de gestão para superar os resíduos dos anos Collor e FHC, sendo um dos pontos

2 No original: “it seeks to enter into constant shock with other discursive arenas, within and outside the State, with the purpose of keeping his supporters constantly mobilized.”

3 Segundo Calabre (2014), do total de 236 teses e dissertações sobre o tema das políticas culturais defendidas entre 1988 e 2012 no país, 217 vieram a público entre 2001 e 2012, tendo o Ministério da Cultura (MinC) como a principal escala de análise.

4 Como exemplo, citamos a criação do Sistema Nacional de Cultura, do Plano Nacional de Cultura e do Programa Cultura Viva, e novidades temáticas como o fomento da “economia criativa” pelo governo federal.

5 É também essencial citar o esforço dos gestores daquele momento em convocar a audiência interessada para a construção conjunta de um campo discursivo, por meio de conferências, encontros e consultas que animaram “zonas de diálogo” entre sociedade civil e poder público (MOREIRA, 2012).

6 Expressões do discurso ilustravam objetivos da gestão que inspiraram agentes e pesquisadores, como fazer um “do-in antropológico” que “massagearia” pontos vitais do corpo cultural do país, ou não sucumbir “aos caprichos do deus-mercado” (GIL, 2003).

centrais de crítica o uso de leis de renúncia fiscal para financiar a produção cultural brasileira, como ilustra a chamada “Lei Rouanet”. Esse tipo de mecanismo seria controverso por representar a aplicação de certa lógica neoliberal ao campo da cultura, pela qual o Estado transferia às empresas patrocinadoras o poder de direcionar os recursos públicos do setor.

O circuito da governamentalidade parece ter suscitado entre seus pares (gestores, produtores, artistas, pesquisadores etc.) certa hipertrofia quanto ao impacto das políticas do período, com base na crença na perenidade daquela forma de gestão pública da cultura. No entanto, embora não pertencentes ao circuito então dominante, outros grupos apontavam para vícios diferentes das leis de renúncia fiscal, concentrando sua crítica em eventuais usos indevidos da Lei Rouanet. Tratava-se de denunciar um suposto universo de privilégios e enriquecimento ilícito de uma *classe* – artistas consagrados que impediriam a ascensão de artistas mais jovens e necessitados –, distanciada da luta pela sobrevivência que determina o cotidiano da maioria dos brasileiros (DOMINGUES; PAULA, 2019, 2021).

Com o início do governo de Jair Bolsonaro, o Ministério da Cultura assumiu *status* de Secretaria Especial, pasta que foi candente em polêmicas ao longo do mandato, incluindo o cancelamento de patrocínios estatais⁷, acusações de censura por artistas em audiência pública no Supremo Tribunal Federal⁸ e até paráfrases de um ministro nazista⁹ (RUBIM, 2021). Tais controvérsias sugerem certa leitura das políticas culturais que inspira o governo Bolsonaro, refratária ao discurso dominante que, no circuito anterior, fez convergirem agentes produtivos do setor, produção intelectual e esferas decisórias do Estado. Esse novo regime de governança depende de um conjunto de sensibilidades às quais responda de maneira persuasiva, o que demanda a criação de canais pelos quais agentes institucionais possam estabelecer com sua audiência uma relação de proximidade.

O quadro emergente para a gestão pública da cultura viabiliza o diálogo de nossa investigação com estudos sobre movimentos conservadores recentes, a exemplo do trabalho de Cesarino (2019), que propõe interpretar o chamado “bolsonarismo” pela chave do *populismo digital*. Aludindo às ideias de Ernesto Laclau, a pesquisadora admite que, como forma política, o populismo se estrutura sobre um *eixo de diferença* (o antagonismo entre povo e elite) e um

7 Cf.: <<https://economia.ig.com.br/empresas/2019-04-15/por-decisao-do-governo-petrobras-corta-patrocinio-de-13-projetos-culturais.html>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

8 Cf.: <<https://www.youtube.com/watch?v=-pWo1znidEc&t=36s>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

9 Cf.: <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/secretario-de-bolsonaro-e-exonerado-apos-pronunciamento-semelhante-a-de-ministro-de-hitler.shtml>>. Acesso em: 27 jul. 2021.

eixo de equivalência (a comunhão entre os representados e seu líder). Diante dessa herança, o que a experiência digital produz de novo seria a ilusão da inexistência de qualquer mediação entre a massa e o líder carismático. Tal dinâmica incide na exacerbação da postura antissistema, como ilustra Bolsonaro, um presidente sem filiação partidária durante grande parte do mandato, e que faz uso de *lives* como instrumento de comunicação política, anunciando medidas que seriam tomadas em resposta às demandas dos espectadores.

Esse ambiente informacional recente configura a disputa pelos repertórios discursivos que sustentam a ação pública (MENDONÇA et al., 2021), reorganizando formas de afecção política. Com o objetivo de observar o rebatimento dessa tendência sobre as políticas culturais, analisaremos a seguir como repertórios são articulados por indivíduos em posição de mando na gestão federal da cultura. Entendemos que tais atores representam interesses que os transcendem e objetivam conferir às leituras da realidade que enunciam um *estatuto público*, “qualificativo para os fins das ações de Estado” do qual uma antropologia da política sempre desconfia (SOUZA LIMA; MACEDO E CASTRO, 2008, p. 369).

Atentos aos condicionantes sintetizados acima, colocamos em observação o período de administração de Mario Frias na Secult, o mais longo da pasta no governo Bolsonaro. Ao longo de um ano, nossa investigação foi realizada com o acompanhamento sistemático de discursos oficiais, entrevistas, reportagens na imprensa e conteúdos da plataforma Twitter. Os achados de campo sugeriram forte reciprocidade entre dois atores principais: o secretário Mario Frias e André Porciuncula, que chefia a Secretaria Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, pasta responsável pela gestão da Lei Rouanet. Enquanto Frias é conhecido como ator de novelas, produtor e apresentador de programas de TV, Porciuncula – dono de uma marca autoral mais evidente nos posicionamentos públicos – atuava como capitão da Polícia Militar baiana. Ambos encontraram na nomeação para a Secult sua primeira experiência como gestores públicos. Com perfis distintos ao dos políticos e intelectuais historicamente encarregados pela pasta da cultura na arquitetura do governo federal¹⁰, Frias e Porciuncula tornam visíveis termos e imaginários afins, assim como um universo comum de interação com figuras políticas sintagmáticas.

Tomamos como baliza temporal o intervalo entre junho de 2020 – quando da nomeação de Frias¹¹ – e julho de 2021, admitindo que esses dois atores eram nativos de uma cena revelada por atos assertivos, mas também por pistas mais transversais, como escolhas de compartilhamentos de notícias ou mensagens de encorajamento mútuo. Para dar tratamento ao material

10 Chefiam a pasta figuras de reconhecimento público prévio como Celso Furtado, Sérgio Paulo Rouanet, Francisco Wellfort, Juca Ferreira, Ana de Holanda, Marta Suplicy, além do já citado Gilberto Gil.

11 André Porciuncula foi nomeado secretário de Fomento e Incentivo à Cultura no mês de agosto de 2020.

coletado no Twitter¹², tabulamos todas as publicações realizadas pelos secretários no período em foco e criamos filtros de análise, como palavras-chave e conteúdos de fundo de cada postagem, em busca de indicadores dos padrões discursivos dos atores. No total, mapeamos cerca de 5 mil *tweets*, material que, após o descarte de postagens replicadas da conta do presidente da República e/ou relacionadas exclusivamente à pandemia, foi reduzido a cerca de 700 *tweets*. A organicidade que encontramos entre as manifestações dos dois secretários sugere como a gestão pública da cultura, e em especial as suas formas de subvenção estatal, ativa sensibilidades que conformam um contrapúblico¹³.

Ao longo do campo, duas tendências nos chamaram a atenção. A primeira tem a ver com a ênfase dos secretários na lisura da administração dos recursos públicos, mérito que advogam para si em oposição aos “fins políticos/ideológicos” que atrelam a uma “elite artística sindical”, suposta beneficiária histórica da pasta que ora comandam. Em contrapeso, também identificamos a tentativa de dar algum grau de orientação finalística ao conjunto das políticas públicas de cultura. Por meio do significante “homem comum”, comparece nas intervenções desses agentes uma espécie de promessa de devolução das políticas culturais a quem pareça seu destinatário “autêntico”, como resposta ao circuito de governamentalidade aqui brevemente explanado. Trataremos deste tema na próxima seção.

O “HOMEM COMUM” COMO *DESTINO* DA POLÍTICA CULTURAL

As dinâmicas contrapúblicas que aventamos neste texto certamente não se instituíram como mero resultado das radicalizações eleitorais mais recentes. Esse tipo de performance já podia ser reconhecido, por exemplo, no escritor Olavo de Carvalho, que, até o início dos anos 2000, colaborou com importantes órgãos da mídia nacional. Em razão de uma exacerbação expressiva que o levou a empregar cada vez mais palavrões e xingamentos para traduzir ideias,

¹² No momento de produção deste artigo, a conta de Mario Frias no Twitter é acompanhada por cerca de 250 mil seguidores, enquanto a de Porciuncula alcança 130 mil usuários da rede social.

¹³ Em nossa observação do circuito criado por Frias e Porciuncula na internet, foi possível notar como apoiadores do governo Bolsonaro se ressentem da própria lógica da Lei Rouanet: frases como “Bolsonaro acabou com a máfia da Lei Rouanet” ou “a mamata acabou” são bastante comuns nas interações observadas nas redes sociais. Por outro lado, quando emitem algum juízo crítico ao atual governo, artistas com alguma visibilidade são prontamente questionados pela base aliada de Bolsonaro, com intervenções como “já aprendeu a viver sem dinheiro dos cofres públicos?” ou ainda menções ao que seria uma “abstinência da Rouanet”.

Carvalho passou a enfrentar dificuldades para publicar em veículos de grande circulação, e se baseou em fóruns da internet. Os seguidores do escritor formaram ali um contrapúblico e, com base nas lógicas de interação das redes sociais, passaram a militar contra a representação da realidade oferecida pelo discurso acadêmico e pela mídia tradicional (ROCHA, 2018).

No Brasil, movimentos assim têm se desenrolado em paralelo à organização de novos mercados de consumo, investimentos de *think tanks*, canais em plataformas de compartilhamento de conteúdo, e produções editoriais e audiovisuais em torno do “politicamente incorreto”¹⁴. No interior dessa cena, estabeleceu-se uma disputa ainda pouco examinada pelo sentido das políticas públicas de cultura, como exemplifica um trecho de *O Imbecil Coletivo*, livro lançado em 1997 por Olavo de Carvalho e transformado em fenômeno de vendas:

(...) duas autoridades incontestáveis já decidiram para eles, de antemão, os fins e metas da cultura, deixando-os livres para tratar dos meios. Essas autoridades são a Constituição Federal e o Presidente da República. A primeira resolveu de uma vez por todas o problema do conceito de cultura, ao defini-la como “os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Art. 216). O segundo, por seu lado, indicou os valores e metas por que deve orientar-se a atividade cultural: “incentivar a ética e a cidadania”. Para quê, portanto, desperdiçar tempo com debates teóricos? Deem dinheiro aos nossos letrados, e eles realizarão, sem pestanejar, a magnífica política cultural delineada nessas duas máximas. Acontece, apenas, que as máximas se contradizem. Somadas, a política cultural que sugerem é igual a zero (CARVALHO, 1997, p. 142).

Ao lidar com o tema das políticas públicas para a cultura, Carvalho negava a ideia de uma singularidade inerente a bens e expressões que dariam testemunho da identidade brasileira. Com o texto constitucional se furtando de delimitar hábitos e costumes relevantes para a posteridade da nação, o autor defendia que os elementos distintivos de nossa cultura acabariam sendo decididos por especialistas, como “o historiador, o etnólogo, o folclorista, o colecionador de curiosidades de museu” (1997, p. 142). Em outro texto datado de 1999, o escritor voltaria a defender sua percepção das políticas culturais nos seguintes termos:

quem deseje contribuir para que esse país se torne realidade só tem um caminho a seguir: lutar para que a cultura brasileira se ligue às fontes centrais e permanentes do conhecimento espiritual, para que a experiência da visão espiritual ingresse no nosso horizonte de aspirações humanas e, uma vez obtida, faça explodir, com a força das intuições originárias, todo um mundo de formas imitativas e periféricas, gerando uma nova vida. O resto é pura agitação sem finalidade (CARVALHO, 2013, p. 59-60).

¹⁴ Citamos, como exemplo, os lançamentos das editoras Vide e É Realizações, da produtora Brasil Paralelo e do cineasta Josias Teófilo. Chamam a atenção ainda as atividades de *think tanks* como o Instituto Conservador Liberal, que define como missão a “restauração” da memória, da identidade e da cultura brasileiras.

Tais antecedentes são vias instigantes de acesso ao *corpus* deste artigo porque neles comparece um clássico eixo de crítica articulado pelo pensamento conservador. Para Olavo de Carvalho, o erro das políticas culturais está na atuação dos “letrados”, responsáveis por usar o dinheiro público para “incentivar a ética e a cidadania” com base em suas arbitrarias categorias nativas. Consta aí um eco evidente de ideias contrarrevolucionárias de autores como Edmund Burke (1997) e Alexis de Tocqueville (1998), segundo os quais o Estado moderno, na forma consagrada pelas aspirações iluministas, teria feito da centralização administrativa um instrumento de poder das elites intelectuais. Na ótica desses pensadores, os “homens de letras”, investidos de autoridade pública, seriam ávidos em formular ações para um cidadão abstrato, que só existiria em seus próprios anseios cosmopolitas, discrepantes das experiências vividas pelo cidadão real em sua restrita rede de associação comunitária.

Duas décadas atrás, Olavo de Carvalho respondia a esse impasse criticando a gestão da cultura pelos “letrados” e reivindicando a ideia de um retorno às fontes do “conhecimento espiritual”, capazes de desviar a política pública do risco de se tornar mera “agitação sem finalidade”. Ao organizar novos escopos semânticos em torno do cidadão receptor das políticas culturais, o ambiente da atual Secult dialoga com essa agenda, moldando um conflito com o circuito que pautou a governamentalidade anterior.

Na última semana do mês de julho de 2021, ocorreu em Roma, Itália, o primeiro encontro entre ministros e secretários da cultura do G20. O evento sinalizava a preocupação dos países mais ricos com os impactos da pandemia da Covid-19 sobre a produção da cultura, ao mesmo passo em que reconhecia nesse setor um instrumento para a recuperação econômica mundial. A comitiva brasileira foi liderada pelo ministro do Turismo, Gilson Machado Neto, e pelo secretário especial da Cultura, Mario Frias. Como de praxe em reuniões de cúpula, os participantes representam oficialmente os governos nacionais com pronunciamentos que tendem a explicitar sínteses de sua condução política. Frias foi o responsável pelo discurso da comitiva brasileira, no qual reverenciou os “guardiões sagrados da nossa cultura”, citando “Dostoiévski, George Orwell, Huxley, Eliot, Shakespeare, Chesterton, Cervantes, Rafael, Michelangelo, Bach, Camões” (FRIAS, 2021), sem mencionar artistas brasileiros.

Além dessa sugestiva ausência, outros elementos do pronunciamento nos chamaram a atenção. O primeiro deles foi a alta incidência de manifestações já percebidas em nosso campo: o discurso remixava trechos circulados anteriormente sob a forma de *tweets* por Mario Frias e André Porciuncula. O segundo foi o acionamento frequente da expressão “homem comum”: a ocorrência deste termo – citado quatro vezes nos sete parágrafos do pronunciamento – corrobora com impressões sobre os repertórios mapeados, nos quais o significante assumiu centralidade operacional. Sua presença pode ser presumida em afirmação do próprio secretário, cerca de um mês antes da cúpula do G20: “esse é um governo dedicado ao homem comum e seus valores”¹⁵.

A expressão “homem comum” não é exatamente um corpo estranho em nossa linguagem cotidiana, mesmo em meio à produção científica. Notamos, entretanto, que sua incorporação ao repertório de Frias e Porciuncula caminha em direção específica. Uma das pistas genealógicas compareceu frequentemente em nossa pesquisa, e também no discurso de Frias, que posiciona “Chesterton” em uma galeria que vai de Dostoiévski a Bach. Gilbert Keith Chesterton foi um biógrafo, jornalista e crítico de arte inglês, que viveu entre 1874 e 1936. Manteve contínua produção textual, com coluna semanal no *The Illustrated London News* por três décadas e mais de 80 livros publicados, indo da literatura policial a ensaios filosóficos e uma biografia de São Tomás de Aquino. Ainda que sua conversão tenha sido relativamente tardia, a ligação com o catolicismo é constante em seus escritos¹⁶. Exerceu alguma influência nas Humanidades, e foi alvo de elogios de escritores e cientistas sociais, inclusive brasileiros – Alceu Amoroso Lima e Gilberto Freyre, entre eles. Não foi possível precisar o ano da primeira tradução de Chesterton no Brasil¹⁷, mas há referências em jornais de grande circulação na década de 1990, assim como teses e dissertações com análises de sua obra. Referências ao autor circulam entre figuras-chave de certa intelectualidade conservadora, como o já citado Olavo de Carvalho e Padre Paulo Ricardo, este último, inclusive, oferecendo curso introdutório à obra do autor¹⁸.

É possível dizer que os trabalhos do escritor encontraram eco mais significativo no Brasil ao longo da última década: detectamos aumento exponencial de edições de suas obras, em parte por editoras especializadas em publicações orientadas aos praticantes do catolicismo.

15 Disponível em: <<https://twitter.com/mfriasoficial/status/1409289155234914311>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

16 Além de ter como personagem principal de uma de suas obras mais famosas um detetive sacerdote católico – Padre Brown –, Chesterton recebeu o título honorário de Fidei Defensor do Papa Pio XI, e uma causa para sua beatificação foi discutida na Inglaterra.

17 Encontramos referências de publicações dos anos 1980 e 1990 e um artigo em memória publicado na *Revista de Cultura*, em 1936.

18 Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/cursos/introducao-a-chesterton>>. Acesso em: 28 set. 2021.

Nessa cena literária que vem se consolidando tanto à margem como dentro da oferta editorial tradicional (ROCHA, 2018), não raramente leitores interessados se dedicam à tradução e ao lançamento de textos na língua portuguesa. Admiradores do autor, por exemplo, fundaram a Sociedade Chesterton Brasil, que tem promovido campanhas de financiamento coletivo para a produção de livros e cursos. Na seção do *site* oficial da Sociedade dedicada às filiações de novos membros, lê-se: “Chesterton era o escritor do homem comum. E somente você, homem comum, poderá tornar a obra dele conhecida em nosso país”¹⁹.

Uma publicação de pequenos ensaios, editada em 2018 pela Sociedade Chesterton Brasil por meio de apoio financeiro colaborativo, traz a visão de Chesterton sobre esse “homem comum”. Ainda que a edição não precise o ano da publicação do original, convém compreendê-lo com as lupas próprias da Inglaterra das primeiras décadas do século XX. Com alto sarcasmo, Chesterton procura identificar como a sociedade moderna – a marcha “que desde o século XVI vem progredindo” (CHESTERTON, 2018, p. 15) – constrangeria um tipo de sujeito. No decorrer dos séculos que a obra sumariza, uma ideia é central: o “homem comum” seria um perseguido, impedido de realizar a sua vida da sua forma.

Chesterton descreve o “homem comum” a partir do olhar de um espectador, sem reivindicação de filiação: “eu não o adoro, mas creio nele” (CHESTERTON, 2018, p. 19). Seus contornos são definidos por antagonismo: o “homem *incomum*” aparece como o letrado, o intelectual das ciências, as “gentes cultas”, o responsável pela liderança política e interferente na conduta societária. Por sua vez, o “homem *comum*” é o “genuinamente popular”, um arredio às expectativas modernas de conduta, provavelmente mais interessado em formar uma família: “geralmente não quer escrever um livro, ao passo que volta e meia quer cantar uma canção” (CHESTERTON, 2018, p. 15).

Chesterton nos mostra esse sujeito forjado por uma constante antinomia, fazendo a opacidade da relação entre homens “comuns” e “incomuns” ganhar elementos menos especulativos nos trechos sobre os lugares que os primeiros ocupam. O escritor ilustra o desinteresse do “homem comum” pela imprensa inglesa da época, sua predileção em “falar sobre política num bar ou no salão de uma estalagem” (CHESTERTON, 2018, p. 14), e compara a regulação dada às diferentes práticas dos grupos sociais: a permissão à especulação no “Mercado de Trigo”, típica das classes abastadas, e a proibição dos jogos de azar, preferidos pelos mais pobres. Seja no jogo de azar ou na estalagem, o “homem comum” soa como um urbano de seu tempo.

Essas linhas do “homem comum” encontram um tipo de versão atualizada em Porciun-

¹⁹ Disponível em: <<https://www.sociedadechestertonbrasil.org/seja-membro/>> . Acesso em: 28 set. 2021.

cula e Frias. Em nosso campo, o termo compareceu em mais de duas dezenas de situações, apontando para um conjunto amplo de recursos expressivos dos secretários. Alusões mais concretas sobre *quem* seria este homem comum são raras²⁰, enquanto proliferam abstrações em torno de um “ser místico”²¹ ou de um sujeito que tem uma “vida simples”²². Tal qual em Chesterton, esse homem comum também se espacializa, ainda que dilua sua ênfase metropolitana e povoe “pequenas cidades nos rincões do país”²³.

Um fio une assim a crítica da modernidade por Chesterton à construção arquetípica dos mandatários da Secult, mas o sujeito-ideal dos gestores se produz por um número maior de mediações, fundindo elementos de tradicionalismo e de conservadorismo projetados desde a última década como práticas de governo em diferentes países (TEITELBAUM, 2020). O homem comum nativo enunciado por Frias e Porciuncula parece ser, ao mesmo tempo, expressão de uma *aisthesis*²⁴ e de um alinhamento a movimentos internacionais, que também associam a sociedade secular moderna à atrofia do horizonte de realização de grupos que se acreditam portadores de um tipo de sabedoria espiritual atemporal. Tais elementos são reorganizados na interpretação de constante guerra cultural, ou “espiritual”, como proposto por Porciuncula ao comentar a aversão de setores da população à Lei Rouanet: “é muito mais uma revolta espiritual, antes de tudo, do que de fato uma revolta política”²⁵.

Os agentes analisados definem o destinatário autêntico das políticas públicas de cultura em relação a “outros constitutivos”, demarcando antagonismos e modos pejorativos de caracterização:

A Cultura, nesse governo, não é mais o palco para a militância política/ideológica de uma pequena *elite pedante*, é um local para ajudar a preservar os valores históricos e as tradições do homem comum, outrora tão ignorado e desprezado (grifo nosso)²⁶.

20 Em pouquíssimas situações detectamos referência às “mulheres comuns”. O substantivo “homem” parece assim subsumir os dois gêneros nas falas dos secretários.

21 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1314512884765020160>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

22 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1289854850314854406>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

23 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1315290173593260033>>. Acesso em: 27 ago. 2021.

24 Ecoando os estudos de Birgit Meyer (2009) acerca do fenômeno da mediação, aludimos à noção de *aisthesis* para sugerir que o projeto político da Secult se apoia em uma *formação estética* que franqueia modos compartilhados de percepção da realidade e engajamento sensorial. Essa dimensão se torna notável em vídeos institucionais nos quais Frias, apresentando feitos do órgão, se porta como “homem comum”. Ver, por exemplo: “Um Povo Heroico”, campanha do Governo Federal, estrelando o secretário da Cultura, Mario Frias”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TcUGbXnc--A>. Acesso em: 15 jan. 2022.

25 Disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/nova-lei-rouanet-secretario-incentivo-cultura-porciuncula>>. Acesso em: 28 set. 2021.

26 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1364001209481314307>>. Acesso em: 28 set. 2021.

Não adianta esbravejar e gritar, não deixaremos que a cultura vire o palanque político/ideológico de meia dúzia de *revolucionários raivosos*. Ela está a serviço do povo, do homem comum e seus valores comuns (grifo nosso)²⁷.

A elite artística pedante descobriu, horrorizada, que suas opiniões circulares não são levadas a sério pelo homem comum (grifo nosso)²⁸.

A Cultura não é um *sindicato de classe*, muito menos um *clubinho de interesses monopolistas*. Por décadas a Rouanet ficou concentrada em 10% das grandes empresas. Não mais! Vamos devolver a cultura para o homem comum (grifos nossos)²⁹.

Por décadas, as *celebridades*, não menos vaidosas do que superficiais, opinaram sobre todas as coisas da vida com a arrogância típica de um bufão narcisista. (...) Contudo, com as redes sociais, elas perderam o monopólio do discurso público, foram relegadas ao ostracismo vexatório que merecem. Ninguém presta atenção nas bobagens apovoadas desses homens ociosos, a não ser a própria bolha social, recheada de figurinhas igualmente medíocres. O que temos é a revolta do homem comum contra essa *elite pedante* (grifos nossos)³⁰.

Essa marcação relacional, abundante em nosso campo, define a interpretação dos secretários quanto ao diagrama das políticas culturais no Brasil. Mesmo que com nova roupagem, o antagonismo replica o estranhamento à modernidade e confere maior visibilidade ao desprezo da “elite” em direção ao “homem comum”. A inauguração ou a restauração do “governo do homem comum” dependeria da superação dos resíduos de elitismo ou revolucionarismo da política cultural progressista. Para cumprir sua finalidade – a orientação ao tipo de sujeito que sinaliza a autoridade natural da tradição –, a condição essencial parece ser impedir a “elite pedante” da subtração da cultura, ou seja, evitar que sua intervenção destitua o homem comum de seu livre agir.

A ojeriza à “elite” mobilizada pelos secretários se conforma também a partir de perspectiva situada: de forma diferente da que reconhecemos em Chesterton – que o coloca em terceira pessoa –, encontramos nos agentes investigados recursos de autoidentificação e associação com o “homem comum”.

Não há ataque à cultura, além daquele que vocês promovem, que é um ataque à arte, um ataque à civilização. *Nós outros, homens comuns*, apenas estamos devolvendo

27 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1393923436037148673>>. Acesso em: 28 set. 2021.

28 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1397141156207775744>>. Acesso em: 28 set. 2021.

29 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1424433121747951620>>. Acesso em: 28 set. 2021.

30 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1397112942282293250>>. Acesso em: 28 set. 2021.

nossa cultura à sua tradição milenar (grifo nosso)³¹.

Segundo a *Folha*, seria uma ignorância afirmar que governo não tem obrigação de bancar marmanjo. Sei lá, para a elite “intelectual” da *Folha*, o governo é um caixa eletrônico. *Para nós outros, simples homens comuns*, o governo é uma ferramenta de política pública (grifo nosso)³².

Durante décadas, a liturgia do cargo foi a máscara usada pelos cínicos e hipócritas, que desfilavam na elite política nacional. O *presidente Bolsonaro* rompeu com esse *verniz de falsidade e pompa*, conectando-se, com sua simplicidade e humildade, diretamente com o homem comum (grifo nosso)³³.

A realidade continua contrariando as narrativas ideológicas. O presidente avança em popularidade, pois é admirado pelo seu povo. É um homem *comum*, cuja liderança baseia-se no respeito e reconhecimento de milhões de homens e mulheres extraordinariamente comuns (grifo nosso)³⁴.

O esforço em definir o destinatário das políticas culturais reinterpreta, à sua forma, certa tarefa que a literatura especializada imputou aos intelectuais que ocuparam função na gestão pública de cultura no Brasil – principalmente no interior do Estado Novo e da ditadura militar (ORTIZ, 2006). A centralidade que a construção da ideia de nação e de identidade nacional ganhou nesses momentos recebe nova versão, nova função e o domínio de um outro sujeito. Se, na governamentalidade histórica do setor, o papel da intelectualidade foi o de “intérprete do social” (BARBALHO, 1998), o ato dos novos gestores do campo é o de uma reivindicação ontológica: Frias e Porciuncula não anunciam falar *sobre o* homem comum, mas falar *como* homens comuns. Ao fazê-lo, procuram – mais do que colocar-se como conhecedores íntimos de um tipo ideal – comportar-se como sujeitos de uma mesma experiência. Um lugar que os autoriza a vocalizar não apenas a mística ou os valores do homem comum, mas também as formas persecutórias e o desconforto causados pela subtração de sua “cultura” por parte das políticas públicas anteriormente desenhadas pelos “incomuns”.

Esta operação não nos parece trivial e, ainda que não seja deliberada por parte dos secretários, aponta para uma complexa discussão sobre o que é *genuíno* e sobre quem nos instrui acerca de sentidos e formas portadores de genuinidade, aquecendo os limites de interpretação

31 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1389935845357010944?s=20>>. Acesso em: 11 out. 2021.

32 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1390739790803439621?s=20>>. Acesso em: 11 out. 2021.

33 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1386340035205677057>>. Acesso em: 28 set. 2021.

34 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1330477340347002881?s=20>>. Acesso em: 11 out. 2021.

das políticas culturais. A autoidentificação como “homens comuns” requerida pelos mandatários parece rememorar algumas dimensões da oposição entre “cultura autêntica” e “cultura espúria”, trabalhadas no ensaio de Edward Sapir originalmente publicado em 1923 (SAPIR, 2012). O texto levanta pontos fundamentais de crítica sobre a dissonância entre *exterioridade* e *interioridade* da cultura em sua relação com as agências individuais. Para Sapir, a cultura autêntica traduziria sentidos harmoniosos, em que “nada é espiritualmente sem significado” e “nenhuma parte significativa do funcionamento geral traz consigo um sentido de frustração, ou de esforço inútil” (SAPIR, 2012, p. 42). A dimensão autêntica da cultura se consolidaria a partir dos desejos de seus portadores, e não se imporia “de fora sobre os indivíduos, mas de dentro para fora, sendo uma expressão da criatividade destes” (GONÇALVES, 2005, p. 31). Por outro lado, a cultura espúria representaria um polo oposto, externamente informado, utilitário, dos “consumidores apáticos de bens” sem as marcas de “nossa personalidade”, privados de qualquer participação “na satisfação dos desejos imediatos da humanidade” (SAPIR, 2012, p. 48).

A interpretação do debate de Sapir por parte das ciências sociais brasileiras abre uma dupla chave de leitura da gramática do “homem comum”. Uma delas é a reflexão de José Reginaldo Santos Gonçalves (2005) sobre a atitude adotada pelos circuitos definidores do patrimônio cultural na compreensão das “culturas autênticas”. Ao mobilizar as categorias de Sapir, Gonçalves cuida para não reproduzir “estratégias intelectuais correntes que condenam certas formas culturais à ‘inautenticidade’ enquanto congelam outras na condição de ‘autênticas’” (GONÇALVES, 2005, p. 31). Gonçalves procura assim problematizar a relação entre autenticidade e formas oficiais de regulação, insistindo que, nas políticas de patrimônio cultural, a cultura autêntica é “o que escapa à definição, classificação e identificação precisa e objetificadora” pelas redes discursivas das agências do Estado.

A crítica de Gonçalves ilumina o caráter ambíguo da identidade professada por Frias e Porciuncula no esforço de coincidirem com o destinatário “autêntico” das ações de Estado. Por suas próprias atribuições institucionais, as posições de mando da política cultural se revelam inescapavelmente desempenhadas por “incomuns”, aplicados em desenhar discursos, imagens e sentidos normativos da “cultura”. Assim, a despeito do empenho retórico dos secretários em se nivelarem à audiência, a condição de “homens comuns” fica interdita pelo privilégio que têm de objetificar a cultura como política.

Uma segunda chave de leitura do ensaio de Sapir é explorada brevemente por Leticia Cesarino, que o considera uma teoria estrutural da autenticidade (CESARINO, 2020). Ao recuperar a noção de que a cultura autêntica procuraria revelar um padrão de mediações para um total alinhamento entre indivíduo e coletividade – retomando a perspectiva da internalidade

–, Cesarino nos provoca sobre uma “sensação de plenitude, de unidade, que parece faltar em nossas sociedades cada vez mais financeirizadas e digitalizadas”³⁵ (CESARINO, 2020, p. 422). A escala da falta seria potencialmente minorada pela “obsessão contemporânea com autenticidade e espontaneidade na política” (2020). Nesse sentido, teias de “táticas de autenticidade” (CESARINO, 2021) responderiam a sentimentos de irrealização, explorados pelas novas tendências do tradicionalismo, e reservariam aos embates políticos uma renovada experiência de imprevisibilidade.

Os mandatários da Secult parecem dialogar com essas duas leituras do problema da autenticidade em seu tenaz questionamento quanto ao domínio legítimo do governo da cultura. Durante os séculos XX e XXI, a relação entre intelectuais, lideranças sociais e o corpo técnico mais estável da burocracia estatal consolidou um filtro de análise e representação que transformou parte dos saberes societários em problemas públicos de interesse administrativo (MUNIZ JR.; BARBALHO, 2020). Esse acordo, caracterizado como “verniz de falsidade e pompa”³⁶ por Porciuncula, é condenado pela matriz ontológica da posição assumida, que procura na fala direta – em *ser um homem comum* – a superação do sistema anterior. O regime de veridicidade que transparece nessa figura relacional dispensa qualquer marcação social – de classe, raça, gênero etc. –, sugerindo que todo o conhecimento necessário sobre o homem comum seria um espelho imediato da vontade coletiva.

Em seu discurso na reunião do G20, Mario Frias afirmou que “a cultura é um *insight* espiritual de primeira grandeza, é o evento teofânico em que o culto (cultura) brota em uma sociedade” (FRIAS, 2021). A equivalência entre as ideias de “cultura” e “teofania” parece definir um parâmetro fundamental para atribuir significado à experiência na cultura. A base metafísica do sentido impresso à categoria implica uma esfera atemporal de encontro com a divindade, diante da qual a elite associada à governamentalidade anterior adquire outra forma. Ela não é apenas o que invisibiliza o destinatário autêntico da política pública de cultura, mas a representação de um tempo histórico-social feito da degradação da espiritualidade e de seus princípios imateriais (TEITELBAUM, 2020). O homem comum e seu sistema de valores parecem tornar-se uma estratégia semântica de captura, como pulsão política, de um sentimento de exclusão dos circuitos que definem o sentido público da “cultura”. O vínculo atemporal de sua “espiritualidade” funciona como eco da autoridade da tradição, que suspende dimensões vividas da cidadania e recusa a historicidade das hierarquias sociais.

³⁵ No original: “It might be this sense of fullness, of unity, that seems to be lacking in our increasingly financialized and digitalized societies.” (CESARINO, 2020, p. 422).

³⁶ Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1386340035205677057>>. Acesso em: 28 set. 2021.

Durante nossa pesquisa de campo, essa disposição em disputar o *ethos* da política cultural ganhou evidência com a participação dos secretários em *lives* promovidas por produtores musicais cristãos³⁷, nas quais discorreram sobre os mecanismos de fomento franqueados ao setor. Os eventos trouxeram ataques a expressões culturais como o *funk* e uma intervenção de Porciuncula sobre a incompatibilidade, alegada pelos “incomuns”, entre seu histórico profissional e o cargo que hoje ocupa: “não fui chamado para pintar a Capela Sistina. Dizem que não sou ‘homem de cultura’. Mas todos nós somos homens de cultura”³⁸.

Em busca de superar os desvios elitistas, seu materialismo secular e sua insipidez espiritual, o governo “dedicado ao homem comum e seus valores” encampa um específico mosaico moral: ao mesmo tempo em que estimula os produtores cristãos a usufruírem das leis de incentivo à cultura, essa governamentalidade também não se exime de acenar às leituras societárias avessas à própria existência de tais mecanismos de fomento. Frias é taxativo ao afirmar que a “cultura de um povo não depende de gordas verbas públicas, mas sim de uma profunda conexão espiritual entre o culto (cultura) e as suas tradições atemporais” (FRIAS, 2021).

Em crítica de fundo às “elites”, André Porciuncula define as ascendentes propostas em torno do uso da linguagem neutra nos seguintes termos: “a linguagem é o material *natural* sobre o qual uma cultura se desenvolve”³⁹ (grifo nosso); “o evento hierofânico da língua não está sujeito ao dirigismo ideológico dum punhado de revolucionários pedantes”⁴⁰. A retórica em torno da ação política legítima afasta-se assim daquela prescrição de uma cidadania modelar baseada nas categorias de intelectuais e “letrados”, e posiciona o homem comum como referência dos valores e das tradições a serem endereçados pelos esforços governamentais.

Frias e Porciuncula mobilizam esses sentidos não apenas em discursos oficiais ou na interlocução com seus seguidores na internet, mas também como justificacão de iniciativas da Secult, como uma linha de investimentos criada para celebrar o bicentenário da Independência do Brasil. Com previsão de destinar R\$ 30 milhões a cerca de 20 produções audiovisuais sobre o tema, o edital adota um sujeito-tipo como alvo: “o nosso compromisso é levar cultura para todos os brasileiros, para o homem comum, cuidar da nossa história”⁴¹.

37 Ver, por exemplo, *Cultura e Arte Cristã – Com o Sec. Mario Frias, o sec André Porci e Wesley Ros*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=XBQ9xpSjlEU&t=500s>>. Acesso em: 28 set. 2021.

38 Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/o-governo-federal-nao-tem-obrigacao-de-bancar-marmanjo-diz-mario-frias-em-live-sobre-arte-crista-25006859>. Acesso em: 03 out. 2021.

39 Disponível em: <<https://twitter.com/andreporci/status/1386319833327886336>>. Acesso em: 19 out. 2021.

40 Idem.

41 Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/edital-pre>>

Os indícios parecem confirmar o sopesamento entre movimentos da política e da cultura, que fornecem diferentes níveis de resposta a crises contemporâneas. Sabemos que a ideia de um núcleo identitário perdido ou em vias de ser substituído tem se tornado mote político crescentemente persuasivo, condensando frustrações pelo infortúnio econômico e pela transformação dos costumes, e reservando como possível solução a fantasia de um passado mítico (BROWN, 2019). Trata-se então de pensar como certa *nostalgia reflexiva* (BOYM, 2001) hiperpolitiza o cotidiano, articulando ideias do tradicional e do autêntico para alimentar a esperança no que a modernidade teria colocado sob risco. Ao inverter o “trabalho do luto” (FREUD, 2011), essa economia libidinal da melancolia parece propor um *contraluto*, uma “revolta espiritual” que faz circular o desejo de recuperar o que foi aparentemente perdido.

Por certo, o modelo de gestão desenhado pela atual Secult não se instala em meio a um vazio político. Ele enfrenta um conjunto variado de resistências por parte de atores de certa forma afinados com aquela governamentalidade anterior, marcada pela triangulação entre agentes produtivos do campo, pesquisa acadêmica e instâncias decisórias do Estado. Essas reações podem ser brevemente ilustradas com distintas formas de intervenção pública verificadas ao longo do nosso campo.

De um lado, assistimos a disputas no plano da própria política institucional. Na Câmara, deputados como Áurea Carolina (Psol-MG), Benedita da Silva (PT-RJ) e Túlio Gadêlha (PDT-PE) firmam frequente posição como representantes do setor da cultura. Em abril de 2021, por exemplo, os parlamentares apresentaram Ação Popular que visava suspender os efeitos da Portaria n. 12/2021, pela qual o Ministério do Turismo dissolveu os poderes da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) e concentrou a decisão sobre os projetos a serem apoiados pela Lei Rouanet nas mãos de Porciuncula. Após seis meses de disputa, a Secult lançou edital para seleção de novos membros da CNIC em outubro de 2021, prevendo o recrutamento de especialistas em “Arte Sacra”, tema promovido ao *status* de “área cultural”, ao lado de segmentos como “Belas Artes” e “Audiovisual”. Outro exemplo é o caso do Festival de Jazz do Capão, que em 2021 recebeu parecer desfavorável para a captação de recursos via Lei Rouanet, por ter divulgado nas redes sociais uma imagem com os dizeres “antifascista e pela democracia”. O parecer citava que “o objetivo e finalidade maior de toda música não deveria ser nenhum outro além da glória de Deus e a renovação da alma”⁴². Instado pela oposição, o Ministério Público

ve-r-30-milhoes-para-obras-sobre-200-anos-da-independencia>. Acesso em: 15 out. 2021.

42 Disponível em <<https://festivaldejazzdocapao.com.br/censurafestjazzcapao/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

Federal suspendeu os efeitos do parecer⁴³. Nesse tipo de embate em torno da atual Secult, é frequente o uso de instrumentos e taxonomias do litígio próprios do universo jurídico.

Um segundo campo de reações consiste na produção acadêmica que dá sequência àquele repertório epistêmico consolidado no período 2003-2016, e enseja análises em que é recorrente o tom da perplexidade. Uma coletânea recente de ensaios intitulada *Cultura e Política no Brasil atual*, editada pela Fundação Perseu Abramo, reúne importantes quadros da pesquisa sobre políticas culturais e fornece pistas dessa tendência. Entre os intelectuais que integram o livro, parece consensual a percepção de que se trata “não só de destruição, mas da colocação em seu lugar de outra cultura, visceralmente autoritária e conservadora, terraplanista, com traços de intransigente fundamentalismo religioso e moral” (RUBIM, 2021, p. 46). Essa cena seria resultado de uma incompatibilidade de partida, já que “desde o período da campanha eleitoral bolsonarista ficou evidente a baixa empatia deste grupo político com a área artística e cultural” (CALABRE, 2021, p. 221). Nesse regime de resposta à condução da cultura pelo governo Bolsonaro, a crítica se constrói tendo como referência imaginários e categorias heurísticas celebrados no ciclo político anterior.

Um último eixo de resistência ao atual circuito das políticas federais de cultura se verifica em posicionamentos de artistas, especialistas e formadores de opinião. Em visita oficial à 17ª Mostra de Arquitetura de Veneza, em maio de 2021, Frias assumiu desconhecer Lina Bo Bardi, arquiteta homenageada pelo evento e importante figura da cena brasileira na segunda metade do século XX. Uma matéria publicada pelo jornal *O Globo* em 21 de maio daquele ano resume a estupefação quanto à ignorância dos “homens comuns”: intitulada “O mínimo que Mario Frias precisa saber sobre Lina Bo Bardi”, a reportagem apresentava a obra da arquiteta em tom altivamente pedagógico. Já em outubro de 2021, a atriz Lucélia Santos publicou em seu Twitter uma imagem circulada nas redes de Porciuncula, na qual o secretário de Fomento, ao lado de Frias, aparece armado durante uma alegada “agenda cultural com o pessoal do Museu da PM-SP e do II Batalhão de Polícia do Exército”. Na reprodução feita pela atriz, são acrescentadas a frase “esses são os homens da cultura do governo Bolsonaro” e a *hashtag* #forainvasores. No tipo de enfrentamento ilustrado aqui, o repúdio é manifestado com base na desqualificação de Frias e Porciuncula como “invasores”: atores incompetentes quanto aos nomes, valores e sensibilidades que formam o circuito dos nativos da “cultura”.

43 Disponível em <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/mpf-da-parecer-favoravel-a-acao-de-festival-de-jazz-do-capao-contra-a-funarte/>>. Acesso em: 18 out. 2021.

Figura 1. Porciuncula e Frias, ao centro, na imagem reproduzida pela atriz Lucélia Santos



Fonte: <https://twitter.com/luceliaoficial/status/1445534664525971459?s=24>.

A marca contrapública do circuito que sustenta a atuação da Secult pode ser percebida em como essas formas de resistência se tornam combustível para novos confrontos. Enquanto setores da academia, da imprensa, das artes e da oposição acionam dispositivos jurídicos e reprovações ético-políticas para condenar atos e falas de Frias e Porciuncula, os secretários sugerem que essas esferas vocais do discurso dominante sobre a “cultura” excluem do rol de seus interessados o homem comum. O esforço em construir, como destinatário legítimo da política de cultura, aquele ser *impedido de viver a sua vida da sua forma* revela-se dessa forma uma engrenagem essencial da governamentalidade da cena recente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tarefa política se torna alvo de atenção antropológica toda vez que se privilegiam os encontros entre diferenças, ou seja, quando categorias assumidas como universais se dispõem no interior de situações que revelam suas incontornáveis parcialidades. As políticas culturais parecem especialmente promissoras para esse tipo de análise, dado o dever que seus circuitos se atribuem de estabelecer sentidos vinculantes do que seja a “cultura” e, com eles, termos de ordenação do social.

O problema da objetificação da cultura pelo discurso especializado é um conhecido desafio do trabalho etnológico, como nos lembra Roy Wagner (2010, p. 37): “a invenção das culturas, e da cultura em geral, muitas vezes começa com a invenção de uma cultura particular, e esta, por força da invenção, ao mesmo tempo é e não é a própria cultura do inventor”. Colocam-se aí em jogo as diferenças entre a cultura pesquisada e a cultura do pesquisador, tornadas visíveis no contato prolongado entre os agentes: “a vida do povo é descrita, explicada, tornada plausível; mas no processo a obra como um todo vem a significar algo mais do que a mera descrição ou compreensão de um povo” (p. 43). Trata-se de um processo de metaforização entre culturas, regido, segundo o autor, por um sentido de “controle, refinamento e aperfeiçoamento do homem por ele mesmo” (p. 54) que veio a moldar a compreensão contemporânea da ideia de cultura.

Ainda que com objetivos diversos, o trabalho de elaboração de políticas culturais não parece escapar do desafio de inventar a “cultura”, dada sua pretensão de traduzir identidades locais no interior de uma imaginação nacional coerente. Historicamente desempenhada por intelectuais no Brasil, essa função encontra, no governo Bolsonaro, um redesenho de suas competências, mesmo que nela se vejam reproduzidas as marcas ambivalentes da captura da “autenticidade” pelas agências estatais de que falavam Sapir (2012) e Gonçalves (2005): a aura de tecnicismo na definição do ferramental de gestores; a organização dos mercados de fruição simbólica; e a definição de estratégias de preservação de identidades, que, agora, entronizam os sujeitos da “tradição”, da “teofania” e dos valores “atemporais”.

Curiosamente, examinando discursos do ciclo anterior das políticas federais de cultura, percebemos franjas que investem em ideias semelhantes, ainda que com diferentes funcionalidades. Registravam-se, naquele período, abordagens da cultura como sinônimo “de tudo o que buscamos como aspiração mais elevada” (ALMEIDA; ALBERNAZ; SIQUEIRA, 2013, p. 25), provocações sobre a “falta de instituições capazes de reconhecer e dar poder às populações de-

tentoras de um saber real, desprovidas do saber universitário e bacharelesco” (p. 25), e a defesa de que “todo brasileiro é sujeito de sua cultura e de sua história” (MINC, 2011, p. 8). Ideias-força que, como se pode ver, mobilizavam também classificações e antagonismos, tensionavam a “asfixia” intelectual da cultura e pressupunham poderes aparentemente imanentes do Estado em semantizar as práticas e expressões a gerir.

A matriz teórica que fundamentou o conceito de cultura daquele universo de gestão contemplava assim algo semelhante à busca pelo “homem comum”, mesmo que suas mediações fossem evidentemente outras. Os sujeitos ideais dessas duas governamentalidades interessam menos por guardarem uma real proximidade projetiva, e mais como indício de como o ciclo atual se vale de uma discursividade prévia, com base na qual constrói padrões acusatórios e contrapúblicos. O “homem comum” de Bolsonaro talvez pudesse ser aquele das “práticas culturais ribeirinhas, caboclas, sertanejas e outras tantas mais” (CALABRE, 2021, p. 215) que inspiraram as diretrizes de políticas culturais da Constituinte à gestão do PT, não fosse um pertencimento primordial implícito que o vincula a experiências necessariamente hegemônicas de etnicidade, religiosidade e gênero. Produzindo marcadores de poder como “cultura”, a atual Secult caminha assim no sentido inverso aos esforços históricos que fizeram dessa categoria uma chave para o reconhecimento público de grupos sociais subalternizados (CID; DOMINGUES; PAULA, 2022).

As regularidades percebidas na lógica dos atores em posição de mando na atual Secult definem humores que não parecem estar comprimidos à temporalidade das agendas eleitorais. O que se revela no jogo corrente pode ser, portanto, a afirmação de sentidos de identificação política que tendem a não ser facilmente desatados ao fim do governo Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

1. ALMEIDA, Armando; ALBERNAZ, Maria Beatriz; SIQUEIRA, Mauricio. **Cultura pela palavra**: coletânea de artigos, discursos e entrevistas dos ministros da cultura 2003-2010/Gilberto Gil & Juca Ferreira. Rio de Janeiro: Versal, 2013.
2. BARBALHO, Alexandre. **Relações entre Estado e cultura no Brasil**. Ijuí: Unijuí, 1998.
3. BOYM, Svetlana. **The Future of Nostalgia**. Nova York: Basic Books, 2001.
4. BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática

- no Ocidente. São Paulo: Politéia, 2019.
5. BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Ed. UnB, 1997.
 6. CALABRE, Lia. Estudos acadêmicos contemporâneos sobre políticas culturais no Brasil: análises e tendências. **PragMATIZES**, Niterói, Ano 4, n. 7, setembro 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/pragmatizes/article/view/10392>>. Acesso em: 5 ago. 2021.
 7. CALABRE, Lia. Pandemia e pandemônio: impactos sobre o campo da cultura. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura e Política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
 8. CARVALHO, Olavo de. **O Imbecil Coletivo: Atualidades inculturais brasileiras**. Rio de Janeiro: Faculdade da Cidade, 1997.
 9. CARVALHO, Olavo de. **O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota**. Rio de Janeiro: Record, 2013.
 10. CESARINO, Leticia. Identidade e representação no bolsonarismo: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 62 n. 3, p. 530-557, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165232>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
 11. CESARINO, Leticia. How social media affords populist politics: remarks on liminality based on the brazilian case. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 59, p. 404-427, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8658828>>. Acesso em: 27 jun. 2021.
 12. CESARINO, Leticia. Pós-Verdade e a crise do Sistema Peritos: uma explicação cibernética. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 73-96, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/75630>>. Acesso em: 23 jun. 2021.
 13. CHESTERTON, Gilbert Keith. **O essencial de Chesterton**. Trad. Raul Martins Lima. Rio de Janeiro: Sociedade Chesterton Brasil; Porto Alegre: Edições Hugo de São Vítor, 2018.
 14. CID, Gabriel; DOMINGUES, João; PAULA, Leandro. “Gestor-auditor”: A retórica da peritagem na política de cultura do governo Bolsonaro. **Estudos Ibero-Americanos**, v. 48, n. 1, e41768, 2022. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/iberoamericana/article/view/41768>>. Acesso em: 16 mar. 2022.
 15. DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografias comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, n. 27. p. 19-52, 2008. Disponível em: <<http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/CAS/article/view/4328/3844>>. Acesso em: 28 set. 2021.
 16. DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. Entre a batalha e a guerra: algumas notas

- sobre o trabalho cultural. *In*: DOMINGUES, João; MACHADO, Gustavo Portella (org.). **Realização profissional e precarização**: estudos sobre o trabalho cultural a partir da experiência discente. Rio de Janeiro: Letra Capital/FAPERJ, 2019. p. 140-151.
17. DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de. O incentivo à cultura em disputa pública: performances político-discursivas de uma CPI. *In*: SUZUKI, Júlio César; BORGES, Valterlei; BITELLI, Fábio Molinari (org.). **Estudos de políticas públicas**: turismo, gestão, cidade. São Paulo: FFLCH/USP, 2021. p. 67-91. Disponível em: <<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/620>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
 18. DOMINGUES, João; PAULA, Leandro de; SILVA, Mariana. Do ato fóbico ao ato mágico pós-político: o novo mercado discursivo do Ministério da Cultura. **Eptic**, Aracaju, v. 20, p. 178-195, 2018. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/epitic/article/view/9638>>. Acesso em: 12 jun. 2021.
 19. FERNANDES, Dmitri; MASSEMBERG, Debora. Dossiê “Um espectro ronda o Brasil (à direita)”. **PLURAL**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 1, 2018.. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/plural/issue/view/10771>>. Acesso em: 28 set. 2021.
 20. FERRAZ, Ana; FUKUSIMA, Kátia. Dossiê “A ascensão da extrema direita e as consequências para as democracias”. **Argumentum**, Vitória, v. 13, n. 2, maio/ago. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/argumentum/issue/view/1336>>. Acesso em: 28 set. 2021.
 21. FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 22. FREUD, Sigmund. **Luto e melancolia**. Trad. Marilene Carone. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
 23. FRIAS, Mario. Discurso do Secretário Especial da Cultura Mario Frias na Reunião de Ministros da Cultura do G-20. **Secretaria Especial de Cultura**, 30 jul. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/secretaria-especial-da-cultura/assuntos/noticias/confira-discurso-do-secretario-especial-da-cultura-mario-frias-na-reuniao-de-ministros-da-cultura-do-g-20>>. Acesso em: 30 jul. 2021.
 24. GIL, Gilberto. Discurso de posse do Ministro da Cultura. Cultura, janeiro de 2003. Disponível em: <<http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/6330/1/Discurso%20de%20posse%20do%20Ministro%20da%20Cultura.PDF>>. Acesso em: 28 set. 2021.
 25. GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ha/a/wRHHd9BPqsbsDBzSM33NZcG/?lang=pt>>. Acesso em: 07 jan. 2022.

26. MENDONÇA, Ricardo Fabrino; ABREU, Mariana; SARMENTO, Rayza. Repertórios discursivos e as disputas políticas contemporâneas. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 40, p. 33-54, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/m5gtKdtQvwqTnBLNgX8ZK9F/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2021.
27. MEYER, Birgit **Aesthetic Formations Media, Religion, and the Senses**. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2009.
28. MOREIRA, Fayga. A importância da pesquisa e da formação para as políticas culturais: reflexões necessárias e experiências em curso. **Políticas Culturais em Revista**, v. 5, n. 1, p. 187-191, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6541>>. Acesso em: 06 ago. 2021.
29. MUNIZ JUNIOR, José de Souza; BARBALHO, Alexandre. Entre a diversidade e o antagonismo: práticas articulatórias da discursividade LGBT no Ministério da Cultura. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 35, p. 1-18, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/VCdbmHKLctTJtfjQYvcHfSz/?lang=pt>>. Acesso em: 12 ago. 2021.
30. ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2006.
31. PINHEIRO-MACHADO, Rosana; FREIXO, Adriano de (org.). **Brasil em transe: Bolsonaro, Nova direita e Desdemocratização**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.
32. ROCHA, Camila. “**Menos Marx mais Mises**”: Uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciências _Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
33. ROCHA, Camila; MEDEIROS, Jonas. Jair Bolsonaro and the Dominant Counterpublicity. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 3, e0004, p. 1-20, 2021. Disponível em: <<https://brazilianpoliticalsciencereview.org/article/jair-bolsonaro-and-the-dominant-counterpublicity/>>. Acesso em: 06 jan. 2022.
34. RUBIM, Antonio Albino Canelas. Balanço político-cultural do governo Bolsonaro. *In*: RUBIM, Antonio Albino Canelas; TAVARES, Márcio (org.). **Cultura e Política no Brasil atual**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.
35. SAPIR, Edward. Cultura: autêntica e espúria. **Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, p. 35-58, 2012. Disponível em: <http://www.sociologiaeantropologia.com.br/wp-content/uploads/2015/05/v2n04_03.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2022.
36. SHORE, Chris; WRIGHT, Susan. Policy: a new field of anthropology. *In*: SHORE, Chris; WRIGHT, Susan (org.). **Anthropology of policy: critical perspectives on governance and power**. London and New York: Routledge, 1997.
37. SOUZA LIMA, Antonio Carlos de; MACEDO E CASTRO, João Paulo. Política(s) Pública(s). *In*: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (org.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/ Ed.

Ufba, 2008.

38. TEITELBAUM, Benjamin. **Guerra pela eternidade**: o retorno do Tradicionalismo e a ascensão da direita populista. Campinas: Ed. Unicamp, 2020.
39. TOCQUEVILLE, Alexis. **A democracia na América**: leis e costumes. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
40. WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac & Naify, 2010.
41. WARNER, Michael. Publics and counterpublics. **Public Culture**, v. 14, n. 1, 2002, p. 49-90.
42. WRIGHT, Susan. The Politicization of “Culture”. **Anthropology Today**, v. 14, n. 1, 1998.

Gabriel da Silva Vidal Cid

Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0479-041X>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: gabrielsvcid@gmail.com

João Luiz Pereira Domingues

Professor Associado I do Instituto de Arte e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades da Universidade Federal Fluminense. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8971-6213>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: joaodomingues@id.uff.br

Leandro de Paula

Professor Adjunto do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências e do Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. ID ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-1373-8007>. Colaboração: Pesquisa bibliográfica, Pesquisa empírica, Análise de Dados, Redação e Revisão. E-mail: psleandro@gmail.com